Simulado Final

SEAP PA

Policial Penal - Pós-edital

Simulado Especial

Simulado Final SEAP PA - Cargo: Policial Penal – Pós-edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este provão conta com questões focadas no concurso SEAP PA;

*2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-16-10-21

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ

PORTUGUÊS

Luiz Felipe Durval

TEXTO

O relatório de uma comissão independente que investigou a conduta de integrantes da Igreja Católica na França desde a década de 1950 revelou que ao menos 216 mil crianças foram vítimas de abusos sexuais de membros do clero nos últimos 70 anos. O relatório, divulgado nesta terça-feira após dois anos e meio de investigações, aponta que o número de vítimas pode ultrapassar os 300 mil se forem consideradas agressões cometidas por colaboradores da Igreja sem cargos eclesiásticos.

O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França (CEF, na sigla em francês), Eric de Moulins-Beaufort. De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos.

— As consequências são muito graves. Cerca de 60% dos homens e mulheres abusados sexualmente encontram grandes problemas em sua vida sentimental ou sexual — afirmou Sauvé em entrevista coletiva.

O número total de menores abusados pode chegar a 330 mil, constatou o relatório, se consideradas também vítimas de pessoas na esfera da Igreja, mas que não compõem seu corpo eclesiástico, como catequistas, professores de escolas religiosas e supervisores de movimentos jovens.

Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil — dois terços deles, padres. Entre as vítimas, 80% eram meninos. Na maioria dos casos, os atos estão prescritos e os autores dos abusos já morreram, mas o relatório aponta 22 supostos crimes que ainda podem ser investigados. Todos foram encaminhados ao Ministério Público. Outros 40 casos muito antigos para serem processados, mas que envolvem pessoas que ainda estão vivas, foram encaminhados aos dirigentes da Igreja.

— Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores. Nós consideramos que a Igreja tem uma dívida para com as vítimas — ressaltou o presidente da comissão, afirmando que os pesquisadores só constataram uma mudança de atitude nos últimos cinco anos.

(O Globo e agências internacionais. Adaptado)

01. Depreende-se do texto que

a) Quando tratada, a vítima de abuso pode levar uma vida normal.

b) Meninos adolescentes e pré-adolescentes eram as principais vítimas.

c) O relatório foi elaborado por integrantes do baixo clero.

d) A Igreja sempre se mostrou disposta a apurar os casos de abuso.

02. O texto é predominantemente

a) argumentativo

b) descritivo

c) expositivo

d) narrativo

03. O vocábulo destacado em "Estima-<u>se</u> que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil" exerce a mesma função em:

a) Trata-se de casos que devem ser investigados.

b) Divulgou-se o número de vítimas.

c) Lembre-se de que todos são iguais perante a lei.

d) Feriu-se com instrumentos comprados recentemente.

04. Houve falha quanto à concordância na alternativa:

a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.

b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.

c) Faz três anos que não nos vemos.

d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

05. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

a) paralisação - exceção - obsessão

b) ancioso - estresse - perturbar

c) atualisação - vexame - enchente

d) seção - opinião - entertido

06. A respeito do trecho "De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos" (2º parágrafo), é correto afirmar que

a) A vírgula depois de "descobertas" é facultativa

b) As aspas foram utilizadas para realçar um trecho importante

c) "Até" indica um limite

d) Para correção do texto, "ao invés de" deveria ser substituído por "em vez de".

07. As vírgulas foram utilizadas em "O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França" para

a) Isolar um adjunto adverbial deslocado

b) Especificar o termo anterior

c) Introduzir um trecho explicativo com objetivo de elucidação

d) Indicar a omissão de um termo.

08. Há palavra acentuada de acordo com a regra das paroxítonas em:

a) faísca

b) quíntuplo

c) consórcio

d) saída

09. Em uma comunicação oficial de um Ministro da Defesa, o vocativo adequado ao Presidente da República e o advérbio adequado ao fecho da comunicação devem ser, respectivamente:

a) Excelentíssimo Senhor / Respeitosamente

b) Senhor / Respeitosamente

c) Eminentíssimo Senhor / Respeitosamente

d) Senhor / Atenciosamente

10. A Redação Oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a Redação Oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem , clareza, _____, formalidade e uniformidade.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

a) Moralidade

b) Concisão

c) Legalidade

d) Publicidade

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Ivo Martins

11. Com base no tratamento jurídico-penal, com relação à imputabilidade penal, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro prevê, expressamente, em sua parte geral a

a) A inimputabilidade penal em razão da emoção ou da paixão.

b) isenção de pena para o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento.

c) inimputabilidade penal em razão da embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos.

d) inimputabilidade penal para os menores de 18 anos de idade, exceto para os crimes hediondos ou equiparados, quando devidamente comprovado, por laudo médico oficial, que o menor tinha plena capacidade e consciência da ilicitude de seus atos.

12. João e José, cada um por si e sem unidade de desígnios, decidem desferir tiros contra Mário, José com dolo de lesar a integridade física de Mário e João com dolo de matar Mário. Cada qual se posiciona em lados opostos do caminho, um sem saber do outro, e quando a vítima se aproxima efetuam concomitantemente os disparos de arma de fogo, sendo que apenas um disparo acerta a vítima, que vem a morrer. A perícia não identificou a arma da qual partiu o projétil que acertou a vítima. Assinale a alternativa correta:

a) ambos os agentes devem responder por homicídio consumado.

b) ambos os agentes devem responder por lesão corporal seguida de morte.

c) João responde por homicídio doloso consumado e José por lesão corporal dolosa consumada.

d) João responde por tentativa de homicídio e José por tentativa de lesão corporal.

13. Assinale a alternativa que corresponde a crime permanente:

a) cárcere privado.

b) homicídio.

c) roubo.

d) lesão corporal.

14. De acordo com a classificação dada pelo Código Penal, assinale a alternativa que indique corretamente o crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.

a) Usurpação de função pública.

b) Desobediência.

c) Emprego irregular de verbas públicas.

d) Tráfico de influência.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

15. De acordo com a Lei de Execução Penal, marque alternativa correta:

a) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 16% (dezesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

b) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

c) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

d) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

16. Nos termos da Lei n° 7.210/84 (Lei de Execução Penal), o regime disciplinar diferenciado tem as seguintes características, exceto:

a) Duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;

b) Recolhimento em cela individual

c) Direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso

d) Visitas semanais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;

17. Nos termos da Lei n° 7.210/84 (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa correta sobre a autorização de saída.

a) A permissão de saída comporta prazo determinado.

b) A saída temporária pode ser determinada pelo Diretor do Estabelecimento.

c) Não terá direito à saída temporária o condenado que cumpre pena por praticar qualquer crime hediondo com resultado morte.

d) Não terá direito à saída temporária o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.

18. Nos termos da Lei n° 7.210/84 (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa Incorreta sobre a remição

a) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

b) A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

c) Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

d) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não será beneficiado com a remição.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

19. Acerca da matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexiste hierarquia ou subordinação.

b) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.

c) é pautada por uma relação de subordinação.

d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.

20. Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.

b) A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.

c) A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

d) A tipicidade estabelece que os atos administrativos não podem gerar restrições aos administrado sem que antes lhe seja assegurada a ampla defesa.

21. Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

a) de polícia.

b) hierárquico.

c) disciplinar.

d) regulamentar.

22. Conforme trata a LEI Nº 8.937, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, analise os próximos itens.

I - Formulação da política estadual penitenciária.

II - Monitoramento do cumprimento das penas.

III - Estimular a inclusão dos egressos do Sistema Estadual de Administração Penitenciária junto ao mercado de trabalho.

São diretrizes do Sistema Estadual de Administração Penitenciária do Estado do Pará o disposto em:

a) I e II.

b) II e III.

c) I e III.

d) I, II e III.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

23. De acordo com a incorporação, na ordem jurídica interna, dos tratados Considerando internacionais de proteção dos direitos humanos e a posição que podem ocupar no escalonamento das normas, de acordo com o entendimento no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, que:

a) podem ter natureza supra constitucional.

b) sempre terão natureza supralegal.

c) podem ter natureza supralegal ou constitucional;

d) podem ter natureza legal ;

24. NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato:

a) Presidente do Congresso nacional.

b) Oficial das Forças Armadas.

c) Presidente da Assembléia Legislativa.

d) Presidente do CNJ.

25. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição federal acerca do Poder Judiciário.

a) Lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

b) O CNJ não está vinculado ao Poder Judiciário.

c) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovabilidade, salvo por motivo de interesse público.

d) É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes alternadas em lista de merecimento.

26. A luz do texto constitucional, compete PRIVATIVAMENTE ao Senado Federal

a) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

b) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

c) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

d) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

27. Acerca do inquérito policial, marque a alternativa correta:

a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, mesmo se de outras provas tiver notícia.

c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

d) O inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

28. Sobre o tema prova, assinale a assertiva correta:

a) O exame de corpo de delito poderá ser feito apenas em dias úteis.

b) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.

d) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

29. A respeito do tema jurisdição e competência, é INCORRETO afirmar que:

a) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

b) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que se iniciou a execução do crime, ainda que outro seja o local do resultado.

c) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

d) Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

30. Em relação a Lei nº 7.960/1986, assina a alternativa que contém um crime que NÃO caberá prisão temporária.

a) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).

b) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal).

c) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º, do Código Penal).

d) furto qualificado (art. 155, § 4º, incisos I, II, III e V, do Código Penal).

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

31. Analise os itens a seguir acerca da lei 9.455/97 e assinale a alternativa que corresponde àqueles corretos.

I- A tortura-prova pode se consubstanciar independente de elemento subjetivo especial;

II- A tortura-castigo não se satisfaz sem que esteja configurado o intenso sofrimento físico ou mental;

III- A tortura estabelecida no art. 1º, §1º, conhecida pela denominação tortura pela tortura, exige como meio de execução a violência ou a grave ameaça;

IV- A tortura-castigo trata-se de crime próprio

Assinale a alternativa correta:

a) Estão corretos apenas os itens I, II e II;

b) Estão corretos apenas os itens II, III e IV;

c) Estão corretos apenas os itens II e IV;

d) Estão corretos apenas os itens II e III;

32. A conduta de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa prevista no art. 2º da Lei n. 12.850/13 terá a sua pena aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), **EXCETO**:

a) Se impedir ou embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

b) Se há participação de criança ou adolescente.

c) Se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior.

d) Se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

33. No que concerne à Lei que trata do Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/19), assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os novos tipos penais prescritos na Lei n. 13.869/19 são classificados como próprios.

b) Os delitos previstos na Lei de Abuso de Autoridade são, sem exceção, todos perpetrados na modalidade dolosa.

c) A Lei n. 13.869/19 exige finalidade especial na conduta tipificada.

d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

34. Em relação a Lei de Tortura (Lei 9.455/97), analise as afirmativas a seguir.

1. Todas as modalidades do crime de tortura exigem finalidade especial de agir.

2. A tortura-prova exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.

3. É majorante do crime de tortura ser praticado mediante sequestro, apresentando aumento a pena de 1/6 (um sexto) até 1/3 (um terço).

4. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.

b) Somente as alternativas 1 e 4 são verdadeiras.

c) Somente a alternativa 3 é verdadeira.

d) Somente as alternativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

35. De acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.613/1998, conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro, assinale a alternativa correta.

a) O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei de Lavagem de Dinheiro são da competência da Justiça Federal.

b) O processo e o julgamento do delito de lavagem de dinheiro ficarão suspensos até que a infração antecedente seja julgada definitivamente.

c) Para que o crime de lavagem de dinheiro se configure, são necessários apenas indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, não sendo exigida a demonstração da sua autoria.

d) Nenhumas das alternativas anteriores.

36. Acerca da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19) e o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) A Lei de abuso de autoridade apenas previu responsabilidade penal pela prática da conduta definida como típica;

b) A Lei 13.869/19 não prevê penas restritivas de direitos, não obstante trace uma sistemática de tripla responsabilidade penal, administrativa e civil.

c) Os tipos penais de abuso de autoridade somente podem se configurar quando exclusivamente perpetrados por agentes públicos, não se admitindo concurso com o particular.

d) Nenhuma das alternativas anteriores.

37. Sobre a Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13), assinale a alternativa que NÃO contempla um meio de investigação e obtenção de prova previsto na referida lei.

a) Colaboração premiada

b) Ação controlada

c) interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas

d) agente policial disfarçado

38. Sobre a tipificação do comportamento de condução coercitiva conforme estabelecido pela nova lei de abuso de autoridade (Lei 13.869/19), assinale a alternativa correta:

a) Apenas abrange investigados;

b) Alcança também as vítimas e testemunhas;

c) Não exige dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal;

d) Nenhuma das respostas anteriores

39. De acordo com a Lei de Organização Criminosa – Lei n. 12.850/13, a infiltração de agentes:

a) se trata de uma técnica de investigação preliminar onde o agente infiltrado se torna imune à responsabilidade criminal.

b) será autorizada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.

c) terá seu pedido de infiltração sigilosamente distribuído, de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetivada ou identificar o agente que será infiltrado.

d) Nenhuma das alternativas anteriores.

40. Acerca da organização criminosa, julgue os itens abaixo.

I. Exige permanência e estabilidade;

II. Trata-se de delito plurissubjetivo;

III. Exige a repartição formal de tarefas entre os seus membros;

Assinale a sequência correta.

a) V, F, V

b) F, V, V

c) V, F, F

d) V, V, F

41. Sobre o tipo penal constante no art. 31 da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19), referente à conduta de procrastinar procedimentos investigatórios e fiscalizatórios, julgue os itens a seguir:

1. Exige uma finalidade específica de agir;

2. O sujeito ativo é a autoridade ou agente responsável pela condução de procedimentos investigatórios;

3. Possui conduta omissiva e comissiva;

4. É um tipo penal de dupla subjetividade passiva.

Assinale a assertiva correta:

a) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.

b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.

c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.

d) Todos os itens são verdadeiros.

42. Acerca da Lei 9.455/97 (Lei Antitortura), assinale a alternativa correta.

a) Todos os crimes de tortura são culposos.

b) O crime de tortura é apurado mediante ação penal pública incondicionada.

c) O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia.

d) A condenação de agente público pela prática de tortura acarretará a suspensão do cargo, função ou emprego público por quatro anos.

43. São requisitos para a tipificação do crime de organização criminosa (Lei 12.850/13), EXCETO:

a) Divisão de tarefas entre o grupo, ainda que informalmente.

b) Associação constituída por 4 (quatro) ou mais integrantes.

c) Objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.

d) Prática de crimes antecedentes exclusivamente transnacionais.

44. É crime de Tortura previsto no art. 1o da Lei 9.455/97, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão somente da vítima.

b) para provocar infração penal de qualquer natureza.

c) em razão de discriminação racial, de gênero, religiosa e de nacionalidade.

d) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

45. De acordo com a Lei n. 7.210/84, compete ao Juiz da execução:

1. aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;
2. declarar extinta a punibilidade;
3. autorizar saídas temporárias;
4. requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;

Assinale a alternativa correta.

a) Somente 1 e 2 são verdadeiras.

b) Somente 3 e 4 são verdadeiras.

c) Somente 1, 2 e 3 são verdadeiras.

d) Somente 2, 3 e 4 são verdadeiras.

46. Assinale a alternativa que contempla corretamente uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPE:

a) repressão a todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos nacionais e internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro relativos ao tema;

b) fomento à participação das organizações da sociedade civil apenas no controle social desta Política;

c) fomento à identificação e monitoramento da condição apenas de presas definitivas, com a implementação de medidas que priorizem seu atendimento jurídico e tramitação processual;

d) fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange a gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental e outros aspectos relevantes.

47. São convidados permanentes a integrar o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - PNAMPE um representante de cada um dos seguintes órgãos, exceto:

a) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

b) Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República;

c) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

d) Secretarias de Segurança Pública dos estados.

48. Nos termos da Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014, responsável por estabelecer parâmetros de acolhimento LGBT em privação de liberdade no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) A referida disposição normativa não se preocupou em distinguir as noções entre as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais componentes da população LGBT;

b) Apesar da pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade ter o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu gênero, no registro de sua admissão no estabelecimento prisional somente deverá conter o respectivo nome coincidente com a identidade civil para evitar erros na execução penal;

c) As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas;

d) À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade será facultado apenas o uso de roupas femininas e a manutenção de cabelos compridos, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.

49. De acordo com a Portaria SUSIPE nº 1.242 de 10/11/2009, para a emissão de credencial de visita íntima, o(a) interessado(a) deverá requerer, mediante apresentação, dentre outros, dos seguintes documentos, exceto:

a) 02 (duas) fotos 3X4 coloridas recentes;

b) Fotocópia da Carteira de Identidade ou Carteira Profissional, bem como do CPF e Título de Eleitor autenticado;

c) Declaração da pessoa que requer a credencial, com sua assinatura reconhecida em cartório, de que mantém relacionamento homoafetivo com o preso(a);

d) Boletim de Ocorrência declarando a necessidade da visita.

50. De acordo com a Lei 12.846/13, Lei Anticorrupção, assinale a alternativa incorreta:

a) Impõe responsabilização objetiva administrativa e civil às Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas envolvidas em atos lesivos à Administração Pública ou ao Patrimônio Público;

b) Foi inserida no Sistema Brasileiro de Combate à Corrupção;

c) Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente;

d) Cria o CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

Preencha o Gabarito!

https://bit.ly/Simulado-SEAP-PA-16-10-21

NÃO É ASSINANTE?

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões